



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO DE
MARACANAÚ**

RECOMENDAÇÃO Nº 7/2016

**OBJETO: INTERDIÇÃO DO
EMPREENDIMENTO “CHIK BAR DO
LIMÃO” – AUSÊNCIA DE ALVARÁ DE
FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE MARACANAÚ.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, por meio do promotor de justiça abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, art. 26, I, da Lei 8.625/93, art. 6º, XX, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Estadual possui legitimidade para zelar pela observância da ordem ambiental e urbanística, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça no RESP n.º 166714/SP;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 12 do Código de Obras e Posturas do Município de Maracanaú: Art. 12 – **Para atender aos objetivos desta Lei, nenhuma obra, serviço ou instalação poderá ser iniciada sem a respectiva licença do órgão competente da Administração e mediante o pagamento da taxa respectiva, exceto os casos previstos nesta Lei;**

CONSIDERANDO o que expressamente dispõe a Lei Orgânica do Município de Maracanaú: “**Art. 8º - Ao Município compete, concorrentemente: VIII - fazer cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras de interesse da coletividade.**”

CONSIDERANDO, também, o entendimento do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quando decidiu em sede de Agravo de Instrumento que **“a ausência de alvará de funcionamento, fato confirmado pela agravante-impetrante, fundamenta a sanção de interdição do estabelecimento empresarial”** (TJ-DF - AG: 174723320098070000 DF 0017472-33.2009.807.0000, Relator: VERA ANDRIGHI,

Data de Julgamento: 17/03/2010, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 05/04/2010, DJ-e Pág. 74);

CONSIDERANDO que no procedimento administrativo n.º 2016/303784 restou constatado que o **EMPREENHIMENTO “CHIK BAR DO LIMÃO”, DE PROPRIEDADE DO SENHOR UMBERTO LUCINDO RAIMONDI (CPF: 941.868.040-87)**, situado na Rua José do Vale, 273, Pajuçara, Maracanaú/CE, exerce suas atividades sem o necessário alvará de funcionamento, conforme atestado pelo auto de infração n.º 916/2015 e Auto de Interdição n.º 439/2015, lavrado pela Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano de Maracanaú – SEMAM;

CONSIDERANDO que depois das autuações realizadas pela SEMAM, o empreendimento permanece em funcionamento sem o devido Alvará, a teor da constatação realizada em 26 (vinte e seis) de abril de 2016 pela Promotoria de Justiça Ambiental de Maracanaú;

VEM RECOMENDAR:

1) Ao Município de Maracanaú, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente, **INTERDIÇÃO** do **EMPREENHIMENTO “CHIK BAR DO LIMÃO”, de propriedade do Senhor Umberto Lucindo Raimondi**, com a lacração de suas portas e fixação de auto de interdição até a necessária regularização, devendo encaminhar o resultado das providências administrativas tomadas no prazo de 30 (trinta) dias.

2) Enviem-se cópias para: a) o Exmo. Secretário do Meio Ambiente do Município de Maracanaú; b) ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, para fins de conhecimento.

Maracanaú, 18 de maio de 2016.

Fabício Barbosa Barros
Promotor de Justiça